

Goiânia, 17 de janeiro de 2024.

## TERMO DE REFERÊNCIA

TR. Nº 010/2024

### 1. DO OBJETO

O presente Termo tem como objetivo subsidiar a contratação de Empresa Especializada na prestação de **Serviços Médicos em Infectologia**. O foco é prover assistência médica aos pacientes internados no Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT), especificamente nas enfermarias, incluindo finais de semana, feriados e turnos vespertinos de segunda a sexta-feira, conforme detalhado no Anexo Técnico II.

O processo de contratação abrange a seleção de uma empresa especializada em serviços médicos contínuos na área de **Infectologia**. É essencial que os médicos contratados possuam diploma de Medicina com registro oficial, especialização em Infectologia reconhecida pelo MEC ou título equivalente da Associação Médica Brasileira (AMB). Adicionalmente, devem possuir registro no Conselho Regional de Medicina (RQE) para atender pacientes no HDT, localizado na Alameda do Contorno Nº 3556, Jardim Bela Vista, Goiânia - GO, 74850-400, gerido pelo Instituto Sócrates Guanaes – ISG conforme Contrato de Gestão nº. 091/2012 – SES.

### 2. JUSTIFICATIVAS PARA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

A assistência aos usuários é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como toda a linha de cuidado, desde a atenção primária até os procedimentos mais complexos, de forma organizada e hierarquizada. A atenção à saúde deve centrar-se nas diretrizes de qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, segura, resolutiva e humanizada.

Deve contar com recursos humanos e técnicos adequados e oferecer, de acordo com o grau de complexidade da assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde apropriados.

Frente às dificuldades de completar as escalas com o quantitativo atual de médicos infectologistas que compõem o corpo clínico do HDT, este serviço médico torna-se necessário para a assistência de pacientes nas enfermarias de pacientes adultos, evitando prejuízo no acompanhamento dos pacientes.



### **3. DESCRIÇÃO MINUCIOSA DO SERVIÇO**

A descrição, exigências e detalhamento dos serviços médicos a serem realizados pela empresa especializada constam no ANEXO II e no Código de Ética Médica e das atribuições relacionadas aos profissionais do Conselho de Classe da Especialidade Contratada exaradas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

### **4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A contratação terá período de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ter o seu prazo prorrogado por meio de termo aditivo, por períodos sucessivos, tendo sua duração máxima coincidente com a duração do Contrato 091/2012, entre a SES-GO e o ISG/HDT.

### **5. REAJUSTE**

O reajuste de preços será, preferencialmente, anualmente, acordado e firmado mediante termo aditivo, tomando por base a variação do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO – IGPM da Fundação Getúlio Vargas ou, na falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir, com até 30 dias de antecedência ao termo final do contrato.

### **6. REGIME DE EMPREITADA**

Empreitada por demanda, sendo de plantões presenciais, de acordo com escalas enviada pela coordenação das enfermarias/diretoria técnica, para cobertura do período vespertino (das 13h às 19h) entre segundas a sextas-feiras úteis e períodos matutinos (das 7h às 13h) aos finais de semana e feriados.

### **7. POLÍTICA INTERNA DE BIOSSEGURANÇA**

A prestação de serviços médicos deverá obedecer às normas técnicas de biossegurança na execução de suas atribuições, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) definidos no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), NR 32 e pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) da Instituição.

### **8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A empresa interessada em participar do processo seletivo deverá apresentar, juntamente com a proposta, os documentos abaixo especificados:





8.1. Registro ou Inscrição da empresa interessada no Conselho Regional de Medicina – CRM-GO ou no estado de origem.

8.2. Apresentação de parecer de capacidade técnica de experiência em prestação de serviço descrito no objeto.

8.3. Para fins de avaliação da qualificação e aceite dos profissionais alocados pela empresa contratada, será exigida documentação específica que comprove habilitação para o exercício das atribuições do objeto do contrato. Para tal, será necessário:

- a) Graduação em Medicina comprovado pelo diploma médico e registro junto ao Conselho Regional de Medicina (CREMEGO);
- b) Certificado de Conclusão de Residência Médica em Infectologia ou título de especialista em Infectologia expedido pela Associação Médica Brasileira (AMB);
- c) Registro da especialidade no CREMEGO (RQE – registro de qualificação de especialista);
- d) Certidões negativas junto ao Conselho Regional de Medicina (CREMEGO);
- e) Curriculum simples;
- f) Certificado de curso em Suporte Avançado de Vida.

## 9. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

A qualificação do fornecedor candidato é composta pela verificação dos documentos legais e dos diplomas técnicos relacionados abaixo, atualizados e dentro do prazo de validade:

- a) comprovante CNPJ;
- b) contrato Social ou Estatuto, com as alterações;
- c) RG e CPF dos representantes legais da empresa;
- d) registro ou Inscrição da pessoa jurídica interessada no Conselho Regional de Medicina;
- e) comprovação de Regularidade Fiscal durante toda execução do contrato, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, que abranja, inclusive a regularidade relativa às contribuições previdenciárias e sociais (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014);
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- g) procuração para o representante da contratada, quando não forem os seus sócios que assinarão o contrato.

\*Caso a participante sagrar-se vencedora do procedimento e não possuir Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás, deverá providenciá-la no prazo de 30 dias, sob pena de rescisão contratual.



## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- 10.1. Fiscalizar e exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2. Fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil, todas as informações solicitadas por esta, necessárias à análise, produção e execução do objeto do contrato.
- 10.3. Prestar as informações necessárias para o melhor cumprimento deste Contrato.
- 10.4. Exigir a observação das normas emanadas pelos órgãos de fiscalização e controle.
- 10.5. Editar normas complementares para o gerenciamento da execução do Contrato em razão de exigência dos órgãos de controle e fiscalização ao qual o Contrato de Gestão da unidade de saúde esteja vinculado ou subordinado.
- 10.6. Glosar do valor do contrato eventuais prejuízos causados pela CONTRATADA, de qualquer natureza, bem como valores decorrentes de passivos trabalhistas e fiscais gerados e não adimplidos pela CONTRATADA.
- 10.7. Impedir o acesso à unidade de pessoas que não sejam membros do corpo técnico da CONTRATADA, com o fim de trabalhar, estagiar ou realizar qualquer atividade similar sem a autorização prévia da Diretoria Técnica.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- 11.1. Os serviços deverão ser prestados durante os finais de semana e feriados (6 horas por dia, das 7h às 13h) e plantões médicos vespertinos (de segunda à sexta-feira útil das 13h às 19h), conforme déficit em escala de celetistas e estatutários de forma integral e ininterrupta.
- 11.2. Assumir a total responsabilidade da completude da escala de hospitalista, devendo repor a escala de hospitalista sempre que necessário. A eventual ausência de qualquer médico hospitalista deve ser prontamente resolvida pela CONTRATADA, seja pelo seu responsável técnico ou por terceiro médico habilitado e capacitado por ela designado. A CONTRATADA deverá garantir a contínua e integral prestação do serviço, independente de férias, faltas ao serviço, feriados, finais de semana, greves de qualquer natureza ou espécie, obrigando-se no cumprimento incondicional do contrato sob as penas da lei.
- 11.3. A CONTRATADA deverá manter registro para controle e fiscalização, legalmente ou administrativamente exigidos, dos procedimentos diagnósticos adotados, observadas as questões éticas e sigilo profissional. Os preceitos ditados pelo Conselho Federal de Medicina e constantes no Código de Ética Médica deverão ser seguidos rigorosamente, pela equipe





técnica, que deverá contribuir para qualidade e segurança da assistência prestada aos pacientes.

11.4. A equipe médica da CONTRATADA deverá zelar pela conservação dos materiais e equipamentos que lhes foram disponibilizados, informando imediatamente qualquer intercorrência que identificar no mesmo.

11.5. A CONTRATADA deverá garantir que os médicos participem da INTEGRAÇÃO no HDT antes do início das atividades na unidade, ciente que estes não poderão trabalhar na unidade antes da integração. Deverá, ainda, manter atualizado e apresentar informações sobre documentos pessoais, profissionais e relacionados à saúde ocupacional (ex.: cartão de vacinação, com vacinas previstas no PCMSO).

11.6. A CONTRATADA deverá elaborar e homologar mensalmente as escalas de trabalho no setor da Diretoria Técnica, conforme rotina institucional, até o dia 10 do mês anterior, onde deve conter nome completo do médico, CRM, período de trabalho, vínculo e função de trabalho, em papel timbrado da CONTRATADA.

11.7. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente relatório das atividades realizadas pelo médico, indicadores de qualidade relacionados à prestação dos serviços médicos, onde a coleta de dados será feita pela unidade e deverão contribuir com a estruturação de processos de Qualidade e Segurança do Paciente, bem como procedimentos voltados para certificação como ONA ou quaisquer outras certificações almejadas por esta Instituição.

11.8. A CONTRATADA deverá desenvolver e/ou auxiliar na criação de protocolos clínicos institucionais a depender da demanda do serviço e análise de indicadores institucionais, visando contribuir com a estruturação de processos assistenciais garantindo a segurança do paciente e atenção humanizada a saúde.

11.9. A CONTRATADA deverá garantir que todos médicos hospitalistas fixos na escala sejam entrevistados pelo Coordenador médico das Enfermarias ou pessoa nomeada pela Diretoria Técnica antes do início de atividades no HDT e alocação em escala.

11.10. Os profissionais médicos da CONTRATADA deverão proceder no prontuário do paciente e onde mais couber as anotações, evoluções, prescrições e demais medidas curativas ou profiláticas impostas ao efetivo exercício da medicina.

11.11. A CONTRATADA deverá garantir que seus empregados assinem digitalmente os registros no prontuário eletrônico do paciente, após a realização de qualquer assistência prestada, seja ela evolução, prescrição médica, solicitação de exames, entre outros, ficando a empresa contratada responsável pelo custo envolvendo a confecção e renovação dos cartões de assinatura digital. A Contratada deverá garantir que seus profissionais médicos assinem digitalmente, em tempo hábil, os registros no prontuário eletrônico do paciente após a



realização de qualquer assistência prestada, seja ela evolução, prescrição médica, solicitação de exames, dentre outros, ficando a CONTRATADA responsável caso o seu colaborador assim não o faça.

11.12. O corpo clínico da CONTRATADA deverá atuar na contribuição da formação acadêmica de graduandos, residentes em atuação nas dependências da CONTRATANTE, no tocante ao seu papel no ensino e pesquisa. Nesse sentido, devem participar do processo de melhoria contínua dentro do escopo da qualidade do HDT.

11.13. A CONTRATADA poderá ser chamada a acompanhar a transferência de pacientes em procedimentos no HDT, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

11.14. Atender aos dispostos na Norma Regulamentadora 32 que tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividade de promoção e assistência à saúde em geral, ou outras as que vierem substituir, naquilo que se aplicada ao objeto do presente contrato.

11.15. Atender as normas internas do HDT, com destaque para as normas de biossegurança, protocolos assistências e de segurança do paciente, sem prejuízo de outras que venham a surgir.

11.16. É proibida qualquer cobrança diretamente ou indiretamente ao paciente atendido de quaisquer valores decorrentes dos atendimentos prestados ou a serem prestados, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas nas legislações de Conselho Federal de Medicina.

11.17. A CONTRATADA não poderá conter, em seu quadro de profissionais, médicos que detenham vínculo empregatício com o ISG e unidades geridas por ele, ou que tiveram vínculo empregatício até 18 (dezoito) meses posteriores ao seu desligamento, sob pena de rescisão contratual.

11.18. Submeter à CONTRATANTE, para prévia aprovação escrita, todo serviço e produto que se fizer necessário à sua participação.

11.19. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto do presente Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

11.20. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, qualificação técnica e cumprimento do processo seletivo.





11.21. Manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade no tocante aos serviços, documentos, pesquisas, entrevistas e demais informações apuradas ou de que tome conhecimento durante a prestação do serviço.

11.22. Providenciar a emissão do documento de cobrança (Nota Fiscal), de acordo com os valores contratados e apurados, até o 1º dia útil ao mês subsequente à efetiva prestação do serviço, no qual deverá vir instruído com relatórios de evidências, memoriais de cálculo com detalhamento do faturamento e as Certidões de Regularidades Fiscais Federais (Conjunta, CRF e Previdenciária), Estadual (Estado de Goiás - ICMS), Municipal (ISSQN), FGTS e Trabalhista (TST e TRT). Em caso de situação irregular, poderá a CONTRATANTE emitir notificação para que a CONTRATADA regularize a situação, sujeito a rescisão do contrato em caso de persistência na irregularidade.

11.23. Dar esclarecimentos para a CONTRATANTE e/ou as devidas diretorias sobre qualquer procedimento, o mais breve possível, a contar do recebimento de notificação.

11.24. Submeter-se à fiscalização a ser realizada pelo CONTRATANTE, ou qualquer órgão fiscalizador, relativa à prestação dos serviços pactuados, conforme regras estabelecidas nos protocolos internos e padronização do CONTRATANTE e do hospital onde serão prestados os serviços.

11.25. Aceitar o desconto mensal, sem prejuízos de advertências, caso os serviços sejam realizados em desacordo com o contratado.

11.26. Comunicar, por escrito, imediatamente, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

11.27. Designar para execução dos serviços somente profissionais habilitados e ou titulados dentro do Conselho de Especialistas.

11.28. Cuidar da regularidade obrigacional derivada do vínculo e fiscalizar o pessoal envolvido direta ou indiretamente na execução deste Contrato, adimplindo com toda e qualquer obrigação fiscal e trabalhista decorrente da prestação de serviços dos seus cooperados/funcionários.

11.29. Adimplir com toda e qualquer obrigação trabalhista que eventualmente venha a ser reconhecida judicialmente ou administrativamente por qualquer órgão administrativo e/ou fiscalização, sendo defeso invocar este contrato para eximir-se de qualquer responsabilidade ou obrigação, bem como transferir o ônus financeiro decorrente dessas obrigações à CONTRATANTE.

11.30. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não mantêm nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.



11.31. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços, sendo defeso invocar este contrato para eximir-se de qualquer responsabilidade ou obrigação, bem como transferir o ônus financeiro decorrente dessas obrigações à CONTRATANTE.

11.32. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto do presente contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro, não sendo a presença ou ausência da fiscalização da CONTRATANTE, durante a execução do serviço, motivo de exclusão ou redução de responsabilidade.

11.33. Conforme disposto no artigo 932 do Código Civil, prevê-se a responsabilização objetiva do empregador, no caso a CONTRATADA, pelos atos praticados pelos seus empregados quando no exercício de seu trabalho ou em razão dele.

11.34. Responder, integralmente, por qualquer prejuízo e/ou por perdas e danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus funcionários, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

11.35. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar durante a execução dos serviços.

11.36. Atender a qualquer convocação da CONTRATANTE para esclarecimentos a respeito dos serviços prestados.

11.37. Substituir, sempre que exigido, qualquer plantonista cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE, ou ao interesse do serviço público.

11.38. Disponibilizar e manter quantitativo de pessoal compatível com as necessidades dos serviços.

11.39. Submeter-se às políticas e práticas de Integridade da CONTRATANTE.

11.40. A CONTRATADA deverá manter imparcialidade nas contratações.

11.41. Promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como dos seus procedimentos e técnicas empregados.

11.42. A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento dos itens relacionados abaixo para fins de Avaliação de Proficiência, atendendo a pontuação/nota mínima de 08 (oito), conforme pontuação determinada para cada um destes:

- a) Cumprir as determinações estabelecidas no serviço, ser assíduo e pontual: Nota 01;
- b) Demonstrar postura ética, zelando pela integridade e confidencialidade das informações: Nota 01;





- c) Apresentar disposição para se adaptar a diferentes situações com o objetivo de zelar pela boa assistência ao paciente e pela harmonia do ambiente: Nota 01;
- d) Demonstrar postura respeitosa com seus colegas, equipe multiprofissional, alunos, internos, médicos residentes, coordenador direto e demais colaboradores do HDT: Nota 01;
- e) Comparecer às atividades de forma adequada: vestimenta, calçados, unhas, cabelos, ausência de adornos: Nota 01;
- f) Realizar história clínica, exame físico, evolução diurna ou noturna, prescrição, plano terapêutico, passagem de boletim médico de forma adequada: Nota 01;
- g) Apresentar conhecimento médico satisfatório: Nota 01;
- h) Participar ativamente das discussões do grupo, visitas multidisciplinares, capacitações e reuniões de corpo clínico: Nota 01;
- i) Demonstrar capacidade técnica para realização de procedimentos urgência e emergência no ambiente hospitalar: Nota 01.

## 12. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada de maneira a:

12.1 Não conter rasuras ou emendas.

12.2 Estar assinada, carimbada e rubricada em todas as suas vias pelo representante legal, com indicação do cargo por ele exercida na empresa e encaminhada aos cuidados da Diretora Técnica do HDT em envelope lacrado e assinado.

12.3 Conter, com clareza e sem omissões, as especificações do serviço ofertado, mencionando a descrição, quantidade, valores unitários e totais, de forma a obedecer à discriminação do objeto.

12.4 Os valores deverão ser apresentados em Reais.

12.5 Ocorrendo divergência entre os valores unitários e totais, prevalecerão os unitários;

12.6 O prazo para entrega da proposta é o disposto no extrato de chamamento publicado no portal transparência do Instituto Sócrates Guanaes.

12.7 A proposta deverá ser emitida com validade de 30 dias corridos, contados do primeiro dia útil seguinte à data em que ocorrer a entrega da proposta.

12.8 A proposta deverá conter forma de pagamento, prazo de pagamento, início da prestação dos serviços.

12.9 A apresentação da proposta pelo proponente implica a declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições do presente termo de referência.

## 13. JULGAMENTO



O julgamento das propostas será realizado com base no Regulamento de Compras e Serviços, capítulo V, artigo 11, XVII, §3º, que prevê que “Sempre que possível, deverá ser dada preferência à proposta que apresentar o menor preço de mercado”, porém sempre levando em consideração as qualificações que melhor atende a Instituição.

#### 14. A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços ora cotados serão prestados no HDT.

#### 15. DO PAGAMENTO

15.1. A nota fiscal deverá ser emitida em nome/razão social: Instituto Sócrates Guanaes – ISG – CG 91/2012 CNPJ/MF nº 03.969.808/0003-31, com endereço na Av. Olinda Quadra: H 4 LT 1/03 – Parque Lozandes - CEP 74.884.120 – Goiânia – Goiás.

15.2. As notas deverão ser encaminhadas sem rasuras e estarem no período de validade de emissão. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações impostas à CONTRATADA ou inadimplência contratual.

15.3. O pagamento pelos serviços prestados será feito mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada das certidões exigidas no item 11.7, relatórios de atividades no período e memória de cálculo com detalhamento do faturamento, e o mesmo ocorrerá 30 dias após a emissão da nota.

15.4. O pagamento somente será efetuado na forma definida no Regulamento de Compras e Contratação de Serviços do CONTRATANTE e demais exigências constantes no contrato.

15.5. Ressalta-se que os pagamentos à CONTRATADA serão realizados mediante ao repasse do Contrato de Gestão nº 091/2012-SES-GO, sem juros e multa.

15.6. O fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE atestará a nota fiscal observando os requisitos estabelecidos neste TR, inclusive em relação ao cumprimento das metas, indicadores e serviços contratados.

15.7. Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob forma de serviços continuados por preço unitário.

15.8 O pagamento ficará condicionado ao cumprimento das metas de performance pactuadas, conforme quadro de indicadores e metas dispostas no Anexo Técnico III. Os indicadores serão monitorados mensalmente e, o não cumprimento das metas, resultará em dedução de até 20% (vinte por cento) do valor do repasse mensal, que será descontado proporcionalmente ao peso do indicador não alcançado.

15.9. O pagamento dos serviços técnicos especializados dispostos neste Termo é baseado nos registros dos plantões de 6 horas, na rotina assistencial horizontal e na taxa de





administração da empresa, já incluídos todos os custos necessários ao atendimento integral das obrigações descritas neste, devendo haver a apresentação de planilha contendo o detalhamento dos custos unitários.

## 16. PENALIDADES

16.1. Sem prejuízo da responsabilização pelo pagamento de indenização por perdas e danos sofridos pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** incorrerá no pagamento das seguintes multas:

- a) por qualquer descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer obrigações, multa de 2% do valor total do contrato; e
- b) pelo atraso no cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, multa de 2% do valor total do contrato.

16.2. A mera aplicação de multa não gerará a extinção do Contrato;

16.3. Fica ajustado que a **CONTRATADA** comete Infração administrativa se:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

16.4. Caso a **CONTRATADA** cometa quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;
- b) multa, conforme descrito no item 10.1;
- c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total contratado, em caso de reincidência, o que poderá ensejar a rescisão contratual.

16.5. Em caso de inexecução parcial por quaisquer outras condutas não elencadas, constantes em Termo de Referência e devidamente avaliadas pelo fiscal do contrato, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

16.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.



16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator e o caráter educativo da pena.

16.8. A falta de profissional no plantão, em desatendimento ao que dispõe a cláusula 11.1, ensejará a rescisão do contrato.

## 17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Não serão aceitas propostas que apresentem preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zerado, incompatíveis com os preços executados pelo mercado e pela atividade exercida.

17.2. A empresa vencedora deverá apresentar toda documentação do corpo clínico 7 (sete) dias úteis antes do início das atividades, conforme segue: *Curriculum vitae*; Diploma de Médico registrado no CREMEGO; Cédula de Identidade; CPF; Certificação de Especialista em Infectologia (RQE) ou experiência comprovada por pelo menos 2 anos em Infectologia; Carteira de Registro Profissional e Certidão Negativa emitida pelo CREMEGO; Comprovante de Endereço com CEP (atualizado); Certificado de Assinatura Digital; Cartão de Vacina (cópia individual).

17.3. O início do serviço só ocorrerá após liberação por parte da Diretoria Técnica, após todos os profissionais estarem devidamente cadastrados o sistema CNES, apresentar certificação digital e login no sistema MV e ter passado pelo processo de Integração.





## ANEXO I

### 1. INFORMAÇÕES TÉCNICAS DA UNIDADE REQUISITANTE:

O HDT é referência em doenças Infectocontagiosas, HIV/AIDS e suas doenças oportunistas, doenças tropicais, acidentes com animais peçonhentos, atendimento a patologias dermatológicas, abordagem de pacientes em situação de exposição sexual ou acidentes com material biológico; realiza acompanhamento ambulatorial de gestantes portadoras de HIV e de crianças expostas ao mesmo, além de atendimento a neonatos vítimas de toxoplasmose congênita. Foi idealizado para prestar atendimento em caráter de urgência e emergência de média e alta complexidade, atendimento ambulatorial, de terapia intensiva e farmácia ambulatorial.

O HDT é um dos poucos hospitais brasileiros com perfil na especialidade de Infectologia e dermatologia. E além da assistência, também é hospital de ensino, pesquisa e extensão universitária.

A unidade consta com 5 alas de internação adulto, totalizando 71 leitos.

O hospital conta ainda com apoio diagnóstico, oferecendo instalações e equipamentos adequados para a execução de exames laboratoriais, serviços de imagem, incluindo tomografias, ecocardiografia, ultrassonografia, endoscopia, colonoscopia, broncoscopia e elastografia. Presta atendimento nas especialidades de Infectologia, Nefrologia, Neurologia adulto e pediátrico, Terapia Intensiva, Cardiologia, Gastroenterologia, Endocrinologia, Psiquiatria, Cuidados Paliativos, Hematologia, Cirurgias Geral, Cirurgia Torácica, Dermatologia, além de equipe multiprofissional atendendo Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Odontologia, Terapia ocupacional e Enfermagem.



## ANEXO II

### 1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:

#### Atendimento em enfermarias

Cobertura durante 6 (seis) horas diárias na atividade de médico hospitalista, sob demanda, conforme déficit na escala de celetistas e estatutários. É imprescindível a pontualidade nos plantões médicos matutinos (sábados, domingos e feriados) presenciais com chegada às 7hs e saída às 13hs, será tolerado atraso de até 20 min com previsão de notificação e redução do repasse após esse período.

Deverá o médico participar obrigatoriamente da integração, vide escala específica com o Setor de Gestão de Pessoas, antes do início das atividades no HDT.

Deverá o médico usar de forma adequada a roupa privativa bem como todos os equipamentos de proteção individual oferecidos pela CONTRATANTE, conforme orientação e treinamento pelo Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) e coordenações médicas.

Deverá o médico plantonista realizar avaliação, prescrição e procedimentos dos pacientes conforme demandas.

Deverá o médico ser referência para acadêmicos, internos e médicos residentes que estiverem em seus estágios na Enfermaria do HDT, discutindo os casos clínicos, orientando e supervisionando evoluções, prescrições e procedimentos invasivos. Deverá seguir, nesse processo, os protocolos, políticas e rotinas institucionais, e as melhores práticas médicas vigentes.

Deverá o médico promover eficiência dos processos internos de registros médicos no sistema de prontuário eletrônico com descrição dos procedimentos, intercorrências, visitas com familiares, resultado de exames e condutas, evoluções médicas, diurna, evoluções de admissão, de alta da enfermaria, de óbito e demais registros de suma importância para a integridade da transição dos cuidados.

O hospital garantirá todos os insumos e materiais necessários para a prestação segura e de qualidade dos serviços médicos. O médico plantonista, responsável pelo atendimento integral dos pacientes durante seu turno, deve realizar avaliações e procedimentos de urgência e eletivos conforme a especialidade. Isso inclui técnicas como punção vascular guiada por ultrassom, intubação orotraqueal, uso de dispositivos supra-





glóticos, reanimação cardiopulmonar, drenagem torácica, paracentese e punção lombar, seguindo sempre as melhores práticas e protocolos institucionais.

**Dimensionamento mínimo da equipe de médicos plantonistas:**

Manter um (a) médico (a) no período matutino, das 07 às 13h, durante os finais de semana e feriados, de acordo com a demanda correspondente ao déficit da escala.

Poderão ser escalados até dois profissionais ou nenhum, conforme demanda do serviço. De acordo com a complexidade dos pacientes e a carga de trabalho atribuída a ela, poderá a Direção Técnica da unidade hospitalar solicitar profissional extra.

Tal demanda será repassada formalmente à empresa até o dia 07 do mês anterior, via comunicado interno, com a possibilidade de demandas adicionais caso ocorram imprevistos.

Elaborar e homologar mensalmente as escalas de trabalho da equipe no RH conforme rotina institucional até o dia 10 do mês anterior onde deve conter nome completo do médico, CRM, período de trabalho, vínculo e função de trabalho.

### ANEXO III

● **Homologação das Escalas até dia 10 do mês anterior**

**Conceito:** As homologações das escalas médicas deverão ser realizadas no padrão de planilha contendo nome completo do colaborador, função, vínculo, carga horária, número de CRM e período de trabalho.

**Objetivo:** A homologação é completa quando for entregue à Diretoria Técnica para envio a SES-GO e CRM; e publicação nos meios de comunicação padrão. Para não haver atrasos e prejuízos quanto a conformidade exigida pelos órgãos reguladores, é exigido que todas as escalas sejam homologadas até as 17hs do dia 10 de cada mês anterior ao mês de referência.

**Método de cálculo:** No mês em que a escala não for homologada até as 17hs do dia 10 do mês anterior ao mês de referência será realizada a glosa de 2% do valor bruto total da fatura do mês de referência podendo ser acumulativo com os outros indicadores de performance.



**Periodicidade:** mensal.

**Fonte de informação** Relatório mensal de acompanhamento da Coordenação Médica da Enfermaria.

- **Controle de frequência diário**

**Conceito:** O registro do controle de frequência deve seguir um modelo contendo data, período, assinatura e carimbo do médico de plantão. O documento final deverá ser entregue a Diretoria Técnica no primeiro dia útil do mês seguinte.

**Objetivo:** O controle de frequência é a matéria que garante transparência e comprovação do serviço prestado. Para não haver atrasos e prejuízos quanto a conformidade exigida pelos órgãos reguladores, é exigido que o documento do controle de frequência deva ser anexado a fatura do mês subsequente.

**Método de cálculo:** A ausência do documento de controle de frequência anexada à fatura do mês subsequente implicará em glosa de 2% do valor total da fatura (podendo ser acumulativo com os outros indicadores de performance). Na ausência do documento de controle de frequência, deverá a terceirizada providenciar os registros no sistema MVPEP que comprovem a presença do médico no plantão para a realização do repasse. Após o horário limite, primeiro dia útil do mês seguinte, será aplicada glosa de 2% no valor bruto do plantão de 6hs e realizada notificação da terceirizada.

**Periodicidade:** mensal.

**Fonte de informação** Relatório mensal de acompanhamento da Coordenação Médica da Enfermaria.

- **Resposta aos eventos adversos em até 5 dias**

**Conceito:** A celeridade na resposta aos eventos adversos graves, com dano ou catastróficos (como definido no protocolo de segurança do paciente) geram reflexões e análises dos processos assistências e de trabalho e alimentam os ciclos de melhoria e planos de ação. A resposta precoce com menos de 5 dias após notificação do evento, agrega valor a análise e garante a performance ideal dos envolvidos para levantar os dados necessários e explorar a causa raiz. Após o recebimento da notificação de evento adverso pela Coordenação Médica junto ao Setor de Qualidade, o evento será imediatamente repassado ao responsável técnico da CONTRATADA, devendo este respondê-lo e proceder com a devolutiva em até 48 horas corridas da notificação do evento adverso.

**Objetivo:** As tratativas dos eventos adversos originam ciclos de melhoria que incluem implementação de barreiras de segurança, revisão de protocolos, criação de novas políticas e rotinas para evitar que o evento ocorra novamente. Quanto mais distante a tratativa estiver do evento, menor a riqueza da discussão, portanto todos os eventos adversos graves, com dano





ou catastróficos terão que ser respondidos em menos de 5 dias junto ao Setor de Qualidade utilizando as ferramentas vigentes (3W1H, Ishikawa, Protocolo de Londres, 5 porquês, PDSA, etc).

**Método de cálculo:** Ao final de cada mês será contabilizado o número de respostas aos eventos adversos em até 5 dias da notificação do evento. Caso a totalidade seja inferior à meta prevista de 90%, será realizada a glosa de 2% do valor bruto total da fatura do mês de referência podendo ser acumulativo com os outros indicadores de performance).

**Periodicidade:** mensal.

**Fonte de informação** Relatório mensal de acompanhamento da Coordenação Médica da Enfermagem, Núcleo de Segurança do Paciente, Sistema de Notificação de Eventos Adversos.

## 2. FISCALIZAÇÃO

A Diretoria Técnica/Coordenação Médica das Enfermarias é responsável pela fiscalização e análise do cumprimento das metas de performance da contratada.

Compete à Diretoria Técnica/Coordenação Médica das Enfermarias:

- a) Fiscalizar e acompanhar a produção da Empresa Contratada;
- b) Receber e analisar os relatórios de atividades entregues mensalmente pela Empresa Contratada;
- c) Apoiar o setor de Qualidade no levantamento de dados internos de produção e de avaliação da atuação da Contratada;
- d) Receber e analisar relatório acerca dos resultados obtidos no período e de outras informações relevantes com relação à atuação da Empresa Contratada;
- e) Informar os resultados das pesquisas realizadas mensalmente à Empresa Contratada, para conhecimento e eventual pedido de revisão;
- f) Enviar informações à Direção Executiva para geração do pagamento devido;
- g) Encaminhar até dia 07 de cada mês os déficits da escala do mês posterior para que possam ser organizadas as coberturas pela Contratada, salvo em casos excepcionais em que a contratante poderá informar em um prazo de até 12 horas anterior à necessidade de cobertura.

Dra. Karine Borges de Medeiros  
Diretora Técnica  
15.01.2016

---

**Dra. Karine Borges de Medeiros**  
Diretora Técnica - HDT

15.01.2016  
Gerente Administrativo  
HDT/SG